

**Empresa Maranhense de Administração
Portuária – EMAP**



**Demonstrações Financeiras
Dezembro de 2013**

Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

Demonstrações Financeiras

Dezembro de 2013

Sumário

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas	8 - 22



Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	208.970	220.031	Fornecedores	12	5.467	8.032
Clientes Líquido de PCLD	9	2.306	5.318	Folha de pagamento e provisão de férias		2.273	1.462
Almoxarifado		76	46	Impostos e contribuições a recolher	13 a.	2.117	2.666
Impostos e contribuições a recuperar	10 a.	15.245	13.079	Impostos e cont. sobre o lucro a recolher	13 b.	533	413
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	10 b.	35.638	46.751	Convênios a Comprovar	14	27.072	26.957
Outras contas a receber		6.775	6.687	Juros sobre capital próprio		9.753	9.813
				Provisão participação nos resultados		5.282	3.706
				Provisão para contingências		625	218
				Receita diferida	15	6.081	6.081
				Outras contas a pagar		916	6.937
Total do ativo circulante		269.010	291.912	Total do passivo circulante		60.119	66.285
Clientes Líquido de PCLD LP	9	6.396	5.264	Provisão para contingências	15	200	510
Imobilizado	11	417.548	356.045	Receita diferida		134.289	140.370
Intangível		8.635	5.760	Convênios a comprovar	14	296.638	265.773
Total do ativo não circulante		432.579	367.069	Total do passivo não circulante		431.127	406.653
Total do Ativo		701.589	658.981	Patrimônio Líquido	16		
				Capital Social		190.422	165.000
				Reservas de lucro		19.921	21.043
				Total do patrimônio Líquido		210.343	186.043
				Total do Passivo		701.589	658.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jadson Mendes Miranda
Contador CRC/MA 006540/O-1
CPF: 332.029.403-25
EMAP

Jaqueline Lobão
Diretora de Administração e Finanças
EMAP




Demonstração do Resultado


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receita Líquida	4	124.761	88.581
Custos operacionais	5	(65.320)	(33.879)
Lucro bruto		59.441	54.702
Despesas Administrativas	6	(44.699)	(39.209)
Pessoal/Encargos e Benefícios		(25.645)	(18.369)
Despesas Gerais		(18.538)	(17.179)
Despesas com Materiais		(338)	(353)
Provisão para Contingências		(97)	(728)
Outras Despesas		(81)	(2.580)
Depreciação e Amortização		(3.988)	(4.191)
Resultado financeiro		10.680	6.036
Receitas Financeiras		20.506	15.949
Despesas Financeiras		(9.826)	(9.913)
Resultado antes dos Impostos		21.434	17.338
Impostos sobre o Lucro	7	(6.947)	(4.286)
(-) Provisão para Contribuição Social		(2.267)	(1.805)
(-) Provisão para IRPJ		(6.022)	(4.575)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		1.342	2.094
Lucro do exercício		14.487	13.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Jadson Mendes Miranda
Contador CRC/MA 006540/O-1
CPF: 332.029.403-25
EMAP


Luiz Carlos Fossati
Diretor - Presidente
EMAP


Jaqueline Lobão
Diretora de Administração e Finanças
EMAP


Demonstração do Resultado Abrangente

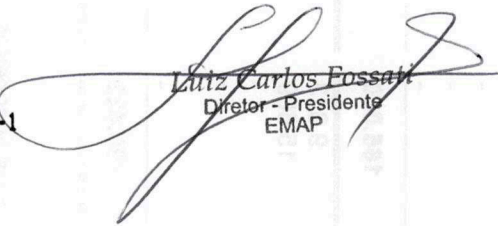
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

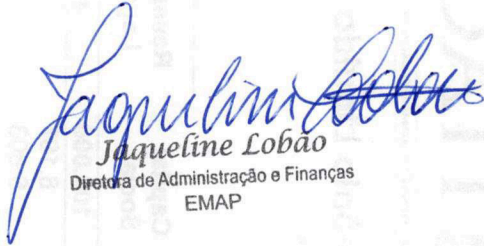
Em milhares de Reais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício	14.487	13.052
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>14.487</u>	<u>13.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Jadson Mendes Miranda
 Contador CRC/MA 006540/O-1
 CPF: 332.029.403-25
 EMAP


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

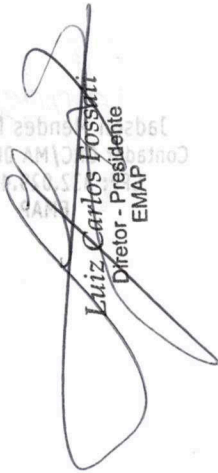
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar	
Em 01 de janeiro de 2012	100.000	4.781	4.210	55.803	64.794
Incorporação de juros sobre capital próprio	8.197	-	-	-	8.197
Capitalização de reservas	6.803	-	(4.210)	(52.593)	-
Lucro do exercício	-	-	-	13.052	13.052
Constituição de reserva legal	-	653	-	(653)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	2.094	(2.094)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	(10.305)	-
Em 31 de dezembro de 2012	165.000	5.434	2.094	13.515	186.043
Incorporação de juros sobre capital próprio	9.813	-	-	-	9.813
Capitalização de reservas	15.609	-	(2.094)	(13.515)	-
Lucro do exercício	-	-	-	14.487	14.487
Constituição de reserva legal	-	724	-	(724)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	1.342	(1.342)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	(12.421)	-
Em 31 de dezembro de 2013	190.422	6.158	1.342	12.421	210.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Jadson Mendes Miranda
 Contador CRC/MA 006540/O-1
 CPF: 332.029.403-25
 EMAP


Luiz Carlos Fossitt
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.487	13.052
Imposto de renda	4.680	2.481
Contribuição social	2.267	1.805
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	<u>21.434</u>	<u>17.338</u>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	3.988	4.191
Valor residual do ativo imobilizado baixado	72	49
Provisão de crédito de Liquidação duvidosa	9	2.455
Provisão para contingências	97	728
	<u>4.166</u>	<u>7.423</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Clientes	1.871	7.424
Almoxarifado	(30)	19
Impostos e contribuições a recuperar	(2.166)	(11.441)
Impostos sobre o lucro a recuperar	(11.113)	(2.352)
Outros créditos a receber	(88)	(1.417)
	<u>10.700</u>	<u>(7.767)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(2.565)	7.673
Obrigações estimadas, folhas de pagamento.	811	116
Impostos e contribuições a recolher	(549)	638
Tributos sobre o lucro	(6.827)	(4.149)
Juros sobre capital próprio	(60)	9.813
Participação nos lucros	1.576	207
Receita diferida	(6.081)	146.451
Outras contas a pagar	(6.021)	1.601
	<u>(19.716)</u>	<u>162.350</u>
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	<u>16.584</u>	<u>179.344</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(44.054)
	-	(44.054)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>16.584</u>	<u>135.290</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado Próprio	(42.420)	(27.675)
Aquisições no ativo imobilizado da União	(21.884)	(72.337)
Aquisições no ativo intangível	(4.134)	(2.324)
	<u>(68.438)</u>	<u>(102.336)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capitalização de Juros sobre capital próprio	9.813	-
Captação de recursos da União	30.980	90.467
Devolução de recursos da União	-	(40.486)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	<u>40.793</u>	<u>49.981</u>
Disponibilidades aplicadas no exercício	<u>(11.061)</u>	<u>82.935</u>
Demonstração do aumento/redução nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	220.031	137.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>208.970</u>	<u>220.031</u>
Aumento/Redução nas disponibilidades	<u>(11.061)</u>	<u>82.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Jadson Mendes Miranda
Contador CRC/MA 006540/O-1
CPF: 332.029.403-25


Luiz Carlos Fossati
Diretor - Presidente
EMAP


Jaqueline Lobão
Diretora de Administração e Finanças
EMAP



Demonstrações do Valor Adicionado

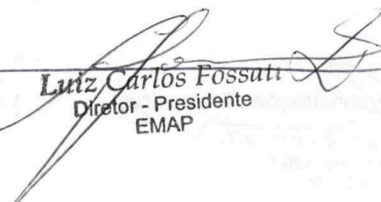
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

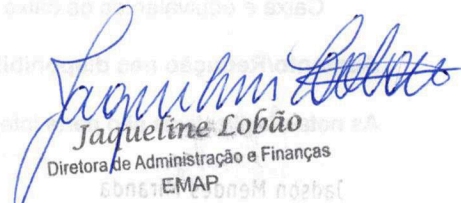
Em milhares de Reais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas	136.109	93.395
Receita de serviços prestados	117.750	79.512
Receita de arrendamento	18.225	15.720
Provisão para devedores duvidosos - Reversão/ (Constituição)	9	(2.455)
Outras receitas	125	618
Insumos adquiridos de terceiros	(72.123)	(44.308)
Custos dos serviços prestados	(53.060)	(25.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.063)	(18.385)
Valor adicionado bruto	63.986	49.087
Depreciação, amortização e exaustão	(3.988)	(4.191)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	59.998	44.896
Valor adicionado recebido em transferências	20.506	15.949
Receitas financeiras	20.506	15.949
Valor adicionado total a distribuir	80.504	60.845
Distribuição do valor adicionado	80.504	60.845
Pessoal	33.611	22.843
Remuneração direta	26.451	17.615
Benefícios	5.335	4.020
F.G.T.S.	1.825	1.208
Impostos, taxas e contribuições	22.580	15.037
Federais	17.671	12.048
Municipais	4.909	2.989
Remuneração de capitais de terceiros	73	100
Despesas financeiras	73	100
Remuneração de capitais próprios	24.240	22.865
Juros sobre capital próprio	9.753	9.813
Lucros do exercício	14.487	13.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Jadson Mendes Miranda
 Contador CRC/MA 006540/O-1
 CPF: 332.029.403-25
 EMAP


 Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


 Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Informações sobre a Empresa

As demonstrações financeiras da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 22 de Janeiro de 2014. Constituída como Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira. A sede social da empresa está localizada na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

A EMAP exerce a atividade de Autoridade Portuária do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cajupe, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.630, de 25 de Fevereiro de 1993, em harmonia com as diretrizes do governo federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.



2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. A EMAP não possui operações em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de Serviços

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

Receita de aluguel

Receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

2.3. Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.



Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Empresa receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.5. Imobilizado

A Empresa optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- I. O método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Empresa;





- II. O ativo imobilizado da Empresa é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;
- III. A indústria em que a Empresa opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Empresa ao longo dos anos;
- IV. A Empresa possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas cumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Aparelhos, máquinas e equipamentos de informática	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.



O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Empresa considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um



montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez no curto prazo.

2.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.



No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, é discutida a seguir.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Receita Líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita bruta	136.100	95.850
Tarifas/Serviços	117.750	79.512
Arrendamento	17.336	10.147
Arrendamento TEGRAM	889	5.573
Outras Receitas	125	618
Deduções da receita	(11.339)	(7.269)
Impostos Faturados	(11.339)	(7.269)
Receita Líquida	<u>124.761</u>	<u>88.581</u>

5. Custos Operacionais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custos com Pessoal	12.260	7.956
Custos com Infraestrutura Portuária	17.768	3.379
Custos Gerais	32.678	19.889
Custos com Materiais	709	766
Custos com Serviços Essenciais	1.650	1.656
Outros Custos	255	232
Total	<u>65.320</u>	<u>33.879</u>

6. Despesas Administrativas

	Despesas Administrativas	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal/Encargos e Benefícios	(25.645)	(18.369)
Despesas Gerais	(17.928)	(16.646)
Materiais	(338)	(353)
Serviços Essenciais	(610)	(533)
Provisão para Contingências	(97)	(728)
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	9	(2.455)
Outras Receitas não recorrentes	-	-
Outros	(90)	(125)
Total	<u>(44.699)</u>	<u>(39.209)</u>

7. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está resumida a seguir:

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesas de contribuição social corrente	2.267	1.805
Despesa de imposto de renda Corrente	6.022	4.575
Receita Subvenção - inventivo fiscal SUDENE	(1.342)	(2.094)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	<u>6.947</u>	<u>4.286</u>





A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do impostos	21.434	21.434	17.338	17.338
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	5.358	1.929	4.335	1.560
Adições:				
Comemorações	182	182	-	-
Contribuições Socioculturais e Patrocínios	3.465	3.465	660	238
Multas por infrações	10	10	18	7
Provisões p/ Contingências	97	97	-	-
	3.754	3.754	678	245
Exclusões:				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Base do imposto adicional	-	-	(24)	-
	-	-	(24)	-
IRPJ e CSLL	6.273	2.267	4.989	1.805
Incentivo PAT	(251)	-	(314)	-
Contribuições Socioculturais Lei Rouanet	-	-	(100)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	6.022	2.267	4.575	1.805
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(1.342)	-	(2.094)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	4.680	2.267	2.481	1.805
Alíquota efetiva	22%	11%	14%	10%

8. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	31/12/2013	31/12/2012
Numerários Disponíveis	695	119
Aplicações financeiras	181.328	193.395
Aplicações Financeiras Terceiros	26.947	26.517
Total	208.970	220.031



As aplicações financeiras próprias são investimentos em Fundo de Investimento em Renda Fixa e em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) que variam de 100% a 101%, e estão disponíveis para utilização nas operações da EMAP.

Quanto às aplicações de terceiros referem-se a recursos da União recebidos a título de adiantamento para construção de obras, estes recursos são aplicados em caderneta de poupança, conforme art. 20 da Instrução Normativa STN Nº 01/1997.

9. Clientes

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cliente	3.704	16.564	6.738	15.662
PCLD (*)	(1.398)	(10.168)	(1.420)	(10.398)
Total	2.306	6.396	5.318	5.264

(*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

10. Impostos a recuperar

a. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
INSS	30	30
ISS	41	34
PIS	2.571	2.320
COFINS	11.845	10.685
Outros impostos	758	10
Total	15.245	13.079



b. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ	34.397	35.474
CSLL	1.241	11.277
Total	<u>35.638</u>	<u>46.751</u>

11. Imobilizado

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bens Imóveis	21.002	22.213
Bens Móveis	15.458	6.516
Bens Móveis Convênio	253	253
Obras em Andamento (a)	380.835	327.063
Total Imobilizado	<u>417.548</u>	<u>356.045</u>

- a. A Empresa mantém investimentos em obras em andamento com recursos próprios e de terceiros, sendo que o mais relevante é a construção do berço 108. Este investimento representa aproximadamente 8% do seu imobilizado. Os investimentos relativos a construção do berço 100 e recuperação dos berços 101 e 102 estão aguardando encerramento formal dos convênios com a aprovação da prestação de contas conforme os respectivos prazos de vigência, veja nota 14.

A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo	41.809	10.531	(880)	51.460
Depreciação	(12.827)	(2.728)	808	(14.747)
Total	<u>28.982</u>	<u>7.803</u>	<u>(72)</u>	<u>36.713</u>
Recursos próprios	51.830	31.888	-	83.718



Recursos de Terceiros	275.233	21.884	-	297.117
Em andamento	327.063	53.772	-	380.835
Total	356.045	61.575	(72)	417.548

12. Fornecedores

Fornecedores	31/12/2013	31/12/2012
Serveng Civilsan S/A - Matriz	-	7.360
SMS Tecnologia Eletrônica Ltda	-	219
Companhia Energética do Maranhão - CEMA	988	112
CBSS – Cia Brasileira de Soluções e Serviços	182	-
Cejen Engenharia Ltda	167	-
VCR Produções e Publicidade Ltda	389	-
VMI Sistemas de Segurança Ltda	3.322	-
Gaia Engenharia Ambiental Ltda	247	-
Outros fornecedores	172	341
Total	5.467	8.032

13. Impostos a recolher

a. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
ISS	866	1.400
INSS	953	1.032
FGTS	123	112
PIS	0	-
COFINS	0	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	175	122
Total	2.117	2.666

b. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ / CSLL	-	-
IRRF	533	413
Total	533	413

14. Convênios a comprovar

Convênios	Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repassse	Rendimentos	Utilizado (*)	Devolução	À utilizar	
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	240.219	16.379	248.747	-	7.851
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89	-
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486	-
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	70.420	70.420	47.950	2.044	29.009	-	20.985
Total		27.304	360.254	387.558	337.784	26.161	294.534	40.575	28.836

(*) Recursos utilizados referente ao concedente e rendimentos.

- a. **Convênio N.º DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013, prorrogado para 31/01/2014. Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras.
- b. **Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006. Obras contempladas: Posto Vigiairo; Prédio Centro de Negócios.
- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101. O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.





- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 28/02/2014.

15. Provisão para contingências

	31/12/2013	
	Circulante	Não circulante
Civil	450	-
Trabalhista	175	200
Total	625	200

16. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento mercantil operacional para a construção do Terminal de Grãos do Maranhão com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LD Commodities Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., cuja receita está sendo diferida de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.

Abaixo a posição da receita diferida em 31 de dezembro de 2013.

	Oportunidade de negócios	Downpayment	Total
Circulante	5.773	308	6.081
Não circulante	127.492	6.797	134.289
Total	133.265	7.105	140.370

17. Patrimônio Líquido

O capital social da EMAP em 31 de dezembro de 2013 é de R\$190.422.405,66 (2012: R\$165.000.000) dividido em 190.422.405 de ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00. Tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.



a. Reserva de Lucro – Reserva Legal

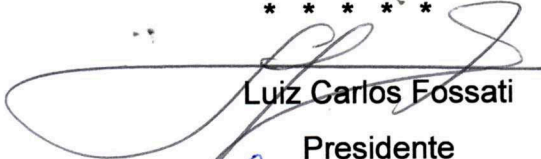
Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$6.158 em 31 de dezembro de 2013 (2012: R\$5.434).

b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal


Em 01 de março de 2005, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu os Laudos Constitutivos nº 0045/2005 e 0048/2005, que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de ampliação da infraestrutura para o período de 2004 à 2013, e redução escalonada de 25% à 12,5% por estar localizada em área de atuação da extinta SUDENE, para o período de 2004 à 2013.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$1.342 (2012: R\$2.094), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% e 12,5% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

* * * * *


Luiz Carlos Fossati
Presidente


Jaqueline Lobão
Diretora de Administração e Finanças


Jadson Mendes Miranda
Coordenador de Contabilidade
CRC/MA 006540/O-1